

O PROBLEMA DA ESCOLA BRASILEIRA NUMA COMUNIDADE HOLANDESA DE S. PAULO

HERMELINA MARIA PRETTO

Este artigo baseia-se em pesquisa realizada numa colônia de imigrantes holandeses no Estado de São Paulo. A Fazenda Holambra, como é chamada, instalou-se em meados de 1948, entre Campinas e Mogi-Mirim, e acusava no recenseamento feito em setembro de 1950 uma população de 700 holandeses, dentre os quais 154 indivíduos masculinos e 155 femininos de idade inferior a 15 anos.

Uma escola primária, fundada na colônia pelo govêrno do Estado, veio ocupar lugar central nos contactos entre a cultura holandesa e a brasileira. Se os colonos, atendendo às necessidades mais diversas e de acôrdo com planos elaborados antes de sua vinda, trouxeram consigo tudo o que consideravam útil e indispensável, é natural que, vindos duma sociedade em que se desconhece o analfabetismo, não deixassem descuidadas as necessidades educacionais. Para que o ensino não sofresse solução de continuidade, vieram, entre as religiosas que os acompanharam, algumas professoras. Uma escola brasileira para seus filhos não estava entre os planos para uma vida nova. Julgando necessário aprender a língua do país adotivo apenas por motivos práticos, os imigrantes fundaram a sua própria escola, organizada segundo padrões holandeses.

Decorridos quase três anos, criou-se a escola brasileira, por decreto de 6/9/1950, em obediência ao qual se instalou, a 16 do mesmo mês, o "Grupo Escolar da Fazenda Ribeirão", pela reunião de algumas escolas mistas e criação de mais uma classe. A instituição, porém, não se ajustou de modo adequado à situação. Visando "nacionalizar" para prevenir a formação de encravamento étnico, apresentou-se todavia de tal maneira burocrática, distante e formal, que não atendia à profundidade do processo de assimilação. Pelas modificações que impunha provocou reação por parte dos colonos, que procuraram subtrair-se a sua influência e, por todos os meios, anular sua ação.

Criado o Grupo Escolar, ao tomar posse o seu diretor, puseram-se em prática medidas "para cumprir ordens superiores", destacando-se as seguintes: "afastamento das freiras holandesas das salas de aula e entrega das classes unicamente aos cuidados das titulares das mesmas; is-

so se impunha, pois até o fim de 1950, as professoras nada mais eram que meras assistentes de aulas dadas em língua holandesa pelas referidas freiras; redução das aulas diárias de religião, para uma por semana; distribuição de alunos brasileiros (1/3 do total) igualmente entre as classes (até o ano passado havia três classes de holandeses e uma de brasileiros, sendo esta, em prédio separado, com instalações isoladas); cessação do uso do prédio escolar para outro fim que não fosse o funcionamento da escola oficial, etc." (Citação extraída de um relatório).

Tais medidas deram origem a situação de conflito: de um lado, os colonos procuravam preservar os seus valores tradicionais; do outro, a escola, através de reduzido número de elementos nacionais, tentava impor-se como órgão da sociedade politicamente dominante.

O problema da escola tomou feição diversa em dois períodos sucessivos: no primeiro, houve esforço de imposição da escola brasileira; no segundo, com a substituição do diretor, e sobretudo com a instalação de escola particular, que os holandeses conseguiram com sua perseverança, esmoreceu a ação nacionalizadora.

Com referência ao primeiro período, é interessante assinalar as atitudes dos elementos brasileiros encarregados da introdução sistemática da cultura nacional. O diretor efetivo do Grupo Escolar, com experiência de trabalho em colônia estrangeira, se empenhou em atenuar o conflito de culturas, se bem que adotando ponto de vista unilateral. Referindo-se à criação de escolas primárias de preferência em núcleos de colonização, declarou: "Acontece, porém, que ninguém se lembrou ainda de considerar seriamente o problema do método do ensino nessas escolas. Criam-se escolas brasileiras, onde se aglomera o imigrante estrangeiro; nomeiam-se professores, diretores etc., e aguarda-se, ingenuamente, que surja o milagre. O professor deve operar o milagre da alfabetização de crianças que não conhecem uma palavra em língua portuguesa, dentro de métodos usados nas demais escolas do Estado e do prazo comum. Mais ainda, com os livros, em geral maus, que se usam para alunos brasileiros". Aponta como um dos males do ensino a nomeação em caráter efetivo, imediata, do professor, sem que ele tenha demonstrado capacidade. "Resultado: o ensino primário, mormente na zona rural avançada do oeste paulista, onde se localizam os núcleos estrangeiros, principalmente o japonês, está completamente desmoralizado e abandonado à sua própria sorte. Francamente, não ousa fazer um prognóstico, tão negros se me afiguram os caminhos por onde seguimos. Nosso Grupo Escolar está em plena zona de estrangeiros. Se algum resultado esperamos obter na obra de educação e nacionalização que vimos realizando com recursos de abnegação, paciência e enorme dose de boa vontade e dedicação, não será por certo produto de métodos especializados ou assistência técnica de qualquer dos órgãos caríssimos, incumbidos de cuidar dos problemas de ensino no país".

Passando em revista os termos de visitas dos inspetores, nos anos de 1951 e 1952, verificamos o caráter meramente burocrático e formal da fiscalização. Assim, no termo de visita de 16 de fevereiro de 1951, do

qual os demais não se diferenciam, considera-se "a situação normalizada quanto aos alunos, afastamento das irmãs de dentro do Grupo Escolar, no horário e no seu funcionamento", e, quanto ao diretor, que este "tem procurado agir de modo decisivo no meio em que está, zelando com interesse e habilidade pelo bom andamento do ensino no novo estabelecimento".

Opiniões, atitudes, motivos de queixa surgiram uniformes entre os elementos do grupo brasileiro. Os principais são os seguintes:

1- Não-aceitação e hostilidade em face da escola brasileira, sobretudo: a) por parte dos pais, que, contrariando as normas estabelecidas, indispõem alunos e professores: "Os pais dão muita "ganja" aos filhos e não auxiliam os professores; não colaboram com a disciplina"; b) por parte das freiras, que, através de suas atividades, não raro clandestinas, interferiam no trabalho educativo.

2- O comportamento do aluno holandês torna-se, pois, um problema: rebelde e indisciplinado, ele "não é aplicado aos estudos, muito embora consiga acompanhar o programa". "Observei, durante estes oito meses, - depõe uma professora - que as crianças holandesas têm muita saúde e são bem alimentadas, de modo que têm mais resistência, mas não dispõem essa energia no trabalho regular e dentro das normas de uma boa conduta, não respeitando nem sequer a autoridade de professores".

3- As relações dos professores com os colonos são quase nulas. Não permanecem eles senão algumas horas por dia na colônia, pois moram em lugares mais ou menos distantes (Campinas e Mogi-Mirim), limitando a sua ação ao período das aulas. O contacto reduzido permitiu o desenvolvimento de estereótipo pouco favorável ao holandês: "Não se identifica absolutamente com o nosso povo no que diz respeito aos costumes de mútuas gentilezas pessoais. Tem-se a impressão de que praticam o que costumamos chamar de "cada um por si e Deus por todos". Em se tratando de interesses pessoais, são intransigentes. São teimosos, preferindo prejudicar-se a admitir que estão errados". (Depoimento do diretor).

4- As maiores dificuldades, entretanto, provêm da falta de preparo adequado e de material didático à altura, para, no desempenho de suas atividades, enfrentarem o problema oriundo da diferença da língua e dos costumes.

Eis o que diz uma professora: "Estou provando um vinho que jamais desejaria a colegas que estivessem em igual situação que a minha, digo como substituta, pois já pelo nosso cargo e pelo tempo de trabalho fico chocada com tantas dificuldades e tão poucos meios para resolvê-las. É frase popular que "a prática leva à perfeição", mas a prática em uma escola primária nem de longe se assemelha à luta que se enfrenta na Fazenda Ribeirão para educar este povo que conhece o progresso, mas não tem organização, são religiosos, mas não respeitam o próximo; o sistema ideal seria de intransigência e de imposição das nossas leis".

Em suma: os elementos do grupo brasileiro não têm consciência exata do papel que lhes cabe no processo de assimilação. Não compreen-

dendo os imigrantes, porque deles quase tudo ignoram, seus propósitos e suas dificuldades, não realizam a contento a tarefa de que estão incumbidos. Sua ação, restrita ao ensino, limitada ao mínimo exigido pela lei, e tolhida pelas grandes diferenças culturais, tornou-se quase mecânica; não se procurou ampliar os horizontes da influência da escola, não sendo sequer orientadas as atividades recreativas, tão ricas em possibilidades. As relações entre alunos e mestres são distantes e formais, não aproveitando, assim, nem a uns, nem a outros.

Consideremos ainda, dentro desse primeiro período, a atitude dos colonos holandeses, decorrente da imposição da escola brasileira. Ao serem "expulsas" as freiras, tolhidas em sua tarefa educativa, os holandeses aparentemente se conformaram com a situação. Mas não concebiam como possível o abandono deliberado da língua pátria. Mesmo julgando necessário o aprendizado do vernáculo, para melhor entendimento com os nacionais, tanto que cuidaram disso desde sua vinda, entretanto não compreendiam que seus filhos ficassem sem aprender o holandês: "Eles não podem esquecer o holandês! Como farão para comunicar-se com os parentes e amigos distantes?"

Por outro lado, aquelas medidas tomadas de súbito ao ser instalado o Grupo Escolar não levaram em consideração três elementos altamente valorados pelos colonos: o ensino ministrado pelas religiosas, o ensino de religião, a separação racial.

Para se compreender a violência do choque, basta lembrar a profunda religiosidade dos holandeses, que chega às raias da intolerância, e seu preconceito racial. Estereótipo negativo, já estabelecido antes de sua vinda, com relação aos brasileiros, não favorece a aproximação. Tendo todos os brasileiros por sífilíticos, cuidaram desde logo de estabelecer separação entre as crianças. Não se conformam com a mistura obrigatória na mesma sala de aula. "De vez em quando, é preciso modificar suas posições na classe, porque, obedecendo a seus pais, teimam em não sentar-se junto às crianças brasileiras".

Outro motivo de queixa é o baixo grau de aproveitamento dos alunos e sua crescente indisciplina no lar, fatos que vieram contribuir para firmar a atitude negativa dos colonos em relação à escola oficial. Mas a base dessa atitude está no etnocentrismo bastante desenvolvido e na "superioridade" do nível cultural do campônio holandês em comparação com o do caboclo, com quem se põe mais frequentemente em contacto.

Em todo caso, o colono sente a necessidade de ter a sua própria escola. Apesar da aparente submissão e aceitação da escola brasileira, instalaram-se, por isso, classes clandestinas, em que se emprega apenas o idioma de origem, como o jardim da infância e a chamada "colméia", onde os alunos aprendem de tudo e têm principalmente aulas de religião, com lições longas, obrigatórias, para serem feitas em casa.

O segundo período se caracteriza pelo funcionamento da escola particular, que finalmente foi autorizada, compreendendo duas primeiras séries. A professora de uma delas é brasileira e a da outra, religiosa holandesa, como também o é a diretora.

Modificações apareceram de maneira acentuada sobretudo em certos aspectos estruturais da escola brasileira. Na matrícula houve logo diminuição acentuada do número de alunos holandeses e aumento de brasileiros. Daí resultaram mudanças na composição das classes, referentes à etnia e à idade. Ao passo que nas classes mais adiantadas diminuiu pouco o número de alunos holandeses, das primeiras séries eles praticamente desapareceram, passando para a escola particular. Em compensação, aumentou o número de crianças brasileiras, devido à presença de muitos trabalhadores nacionais introduzidos na colônia. Quanto a permanência das crianças na escola brasileira, parece haver relação com o "status" das famílias: as de melhor situação econômica transferiram os filhos para a escola particular.

Do exposto depreende-se que a escola pública brasileira, transferida sem mais nem menos para um núcleo colonial estrangeiro com o intuito de promover a aculturação dos filhos de imigrantes, se revelou ineficiente, servindo, ao contrário, para acentuar conflitos culturais e torná-los conscientes. Isto devia fatalmente acontecer, pois a organização da escola brasileira, sôbre demasiado rígida, não foi concebida com intuítos de nacionalização. Tôda instituição tem sentido no meio social em que está integrada; transferi-la para meio diferente e atribuir-lhe objetivos para os quais não está munida, é subtrair-lhe a eficiência que por ventura seja capaz de desenvolver.

